

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
LGBT - NUH/UFMG

JAQUELINE RIBEIRO VIANA COELHO

**A IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO DA SEXUALIDADE NOS ESPAÇOS
EDUCACIONAIS:** Como práticas educativas podem contribuir para o bom
desenvolvimento da vida afetivo-sexual da pessoa com deficiência

GOVERNADOR VALADARES
2016

JAQUELINE RIBEIRO VIANA COELHO

**A IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO DA SEXUALIDADE NOS ESPAÇOS
EDUCACIONAIS:** Como práticas educativas podem contribuir para o bom
desenvolvimento da vida afetivo-sexual da pessoa com deficiência

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gênero e Diversidade na Escola- GDE, para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Nádia Laguárdia de Lima

GOVERNADOR VALADARES
2016



JAQUELINE RIBEIRO VIANA COELHO

A IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO DA SEXUALIDADE NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS: Como práticas educativas podem contribuir para o bom desenvolvimento da vida afeto-sexual da pessoa com deficiência.

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gênero e Diversidade na Escola-GDE, para obtenção do título de Especialista.

APROVADA:
BANCA:

Convidado: Juliana Tassara e Igor Monteiro
(UFMG)

Prof. Nádia Laguárdia de Lima
(Orientador)
(UFMG)

Dedico a minha mãe que sempre me anima.

Fortaleza das quatro filhas. Guerreira, exemplo.

Sem a tua presença na minha vida não chegaria nem ao início desta nova etapa. Você foi e é peça fundamental desta conquista. Não poderia esquecer o agradecimento especial ao meu marido que demonstrou compreensão nas horas dedicadas a esta pesquisa e cuidou da nossa filha com muito amor e me animou nos momentos mais difíceis.

A vocês meu muito obrigada pelo apoio incondicional.



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder sabedoria, perseverança e por me direcionar a pessoas que me ajudaram de maneira sobrenatural com esta pesquisa.

A minha orientadora, professora por ampliar o meu horizonte e me guiar, sem esta supervisão este trabalho não seria possível.

As tutoras presentes neste processo, por me incentivar a conclusão deste curso, com o otimismo e compreensão transmitida durante todo o percurso.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais que mesmo diante das diversas dificuldades investe na iniciativa de proporcionar a pessoa com deficiência um atendimento de qualidade e de modo integral.

A Universidade Federal de Minas Gerais que possibilitou a estrutura necessária para o desenvolvimento do curso.

E por fim, não menos importante, minha mãe que sempre está presente na minha caminhada, me apoiando. Meu muito obrigado.

RESUMO

A sexualidade ainda é um tema repleto de tabus, especialmente quando se trata de pessoas com deficiência. Partindo deste pressuposto, esta pesquisa realizou uma revisão bibliográfica integrativa sobre “A importância da discussão da sexualidade nos espaços educacionais”. A pesquisa buscou analisar, a partir da leitura de artigos científicos sobre o tema, a existência de políticas e de práticas educativas sexuais voltadas para este público. Consideramos que educar uma pessoa com deficiência significa fornecer a este indivíduo acesso aos seus direitos, de modo que ele possa se perceber como indivíduo em sua totalidade. Assim, esta pesquisa teve como objetivos principais: conhecer os direitos da pessoa com deficiência, refletir sobre as políticas públicas dos campos da saúde e da educação voltadas para as pessoas com deficiência, conhecer as políticas sociais e educacionais voltadas para a sexualidade das pessoas com deficiência, analisar historicamente o processo de repressão da sexualidade das pessoas com deficiência e interrogar de que forma as práticas educativas sexuais contribuem para o desenvolvimento da vida afetivo-sexual da pessoa com deficiência. Os resultados revelaram a escassez de publicação sobre o tema, a presença do preconceito e da negação do direito da pessoa com deficiência à educação sexual e a ausência de políticas inclusivas voltadas para a educação sexual destas pessoas. Concluímos que as pessoas com deficiência precisam ter acesso à educação sexual a fim de alcançarem uma posição social mais autônoma e uma vida digna, sendo reconhecidas como sujeitos de direitos. Defende-se a educação sexual como parte do processo de inclusão social.

Palavras-chave: pessoas com deficiência, educação sexual, preconceito, sexualidade.

ABSTRACT

Sexuality is still considered an issue full of taboos, and to relate to sexuality and people with disabilities there is a double resistance and discrimination, so sex education should be the right of all persons with disabilities. Under this assumption, this study conducted an integrative review of "The importance of sexuality discussion in educational spaces." What was intended was to analyze from the production of scientific papers as in sexual educational practices to this audience. the person with a disability care means providing this individual access rights in order to understand it as an individual in its entirety. Thus, this study aims to examine how people with disabilities realize their right to sexuality. Five categories emerged: 1. Conhecer the rights of people with disabilities. 2. Reflect on public policies in the health field and focused education for people with disabilities. 3. Know the social and educational policies for the sexuality of people with disabilities. 4. Analyze the historical process of repression of sexuality of people with disabilities. 5. critically reflect how sex education practices contribute to the development of emotional and sexual life of people with disabilities. The results revealed the presence of prejudice and denial of the right of persons with disabilities of their sexuality. We conclude that people with disabilities need access to sexual education in order not to find invisible and vulnerable. Advocates to sexual education as a gateway to social inclusion.

Keywords: people with disabilities, sexual education, prejudice, sexuality. .

“Sonhar qualquer coisa que se deseje sonhar, eis a beleza da mente humana. Fazer qualquer coisa que se queira, esta é a força da vontade humana. Confiar em si mesmo e pôr à prova os seus próprios limites, aí está a coragem para ser bem sucedido”

(Bernard Edmonds)

“Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência”.

(Karl Marx)



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS.....	17
2.1 Objetivo Geral	16
2.2 Objetivos Específicos.....	16
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
3. 1. Os direitos da pessoa com deficiência e seu contexto histórico.....	17
3.2. Promoção da qualidade de vida, humanização e a inclusão da pessoa com deficiência.....	20
3.3. Breve histórico da repressão sexual	24
3.4. Percepções de igualdade e desigualdade: naturalização da discriminação.....	25
3.5. Educação Sexual	31
3.5.1 Breve histórico da educação sexual	33
4. PERCURSO METODOLÓGICO	37
5. RESULTADOS	39
6. DISCUSSÃO	42
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
8. REFERÊNCIAS	45

LISTA DE QUADRO

Quadro 1. Trabalhos publicados entre 2003 e 2013 abordando a temática das práticas de educação sexual para a orientação das pessoas com deficiências.

1 INTRODUÇÃO

O estudo da sexualidade na vida da pessoa com deficiência é de grande relevância para o profissional da área da educação e da saúde na época atual. Faz-se necessário refletir sobre a importância de se tratar a questão da sexualidade das pessoas com deficiência no espaço educacional.

O trabalho monográfico “A importância da discussão da sexualidade nos espaços educacionais: como as práticas educativas podem contribuir para o bom desenvolvimento da vida afetivo-sexual da pessoa com deficiência” foi elaborado a partir das seguintes inquietações: Conhecer os direitos da pessoa com deficiência; Refletir sobre as políticas públicas dos campos da saúde e da educação voltadas para as pessoas com deficiência; Conhecer as políticas sociais e educacionais voltadas para a sexualidade das pessoas com deficiência; Analisar historicamente o processo de repressão da sexualidade das pessoas com deficiência; Refletir criticamente de que forma as práticas educativas sexuais contribuem para o desenvolvimento da vida afeto-sexual da pessoa com deficiência.

A escolha do nosso objeto de estudo em particular surgiu como consequência da participação ativa na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais¹ - APAE de Governador Valadares, associação que se destaca no país pelo seu pioneirismo no atendimento aos portadores de deficiência. Segundo BARBOSA (2015) esta surgiu no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954. Um grupo que congregava pais, amigos, professores e médicos de “excepcionais”, fundou a primeira APAE, motivados pela vinda de Beatrice Bemis, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma criança portadora de *Síndrome de Down*, ao Brasil. Esta associação foi destinada a garantir os direitos da pessoa com deficiência.

Atualmente, com a promoção dos direitos humanos emergiu a discussão sobre os direitos das pessoas com deficiência. De acordo com Brasil (2010), tal interesse surge em decorrência de mudanças no perfil populacional, com a

¹ O termo Excepcional foi muitos anos utilizados. Entretanto, o fato de o termo apresentar uma conotação negativa, ele foi substituído por pessoa com deficiência em 1981, no Ano Internacional da pessoa com deficiência. No meio educacional a partir da declaração de Salamanca, 1994, o termo foi substituído por “aluno com necessidades especiais”. Contudo, as APAEs permanecem utilizando o termo pela tradição do nome da associação

estimativa de 45 milhões de pessoas com deficiência, correspondendo a 23,9% da população brasileira.

Segundo Baptista (2009), estima-se que, em Minas Gerais, os dez municípios mais populosos, incluindo Governador Valadares, são também aqueles que possuem maior número de deficientes, com percentual semelhante à média nacional. Todavia, os assuntos relacionados à pessoa com deficiência ainda carecem de visibilidade. Um grande desafio na área da Saúde Coletiva no nosso país é divulgar e assegurar os direitos das pessoas com deficiência, garantindo-lhes maior autonomia.

Herkenhoff (1994) ressalta que os direitos sociais do ser humano são entendidos como direitos pilares, pois são direitos adquiridos. Assim, estes direitos sociais não necessitam de leis para afirmá-los, mas faz-se necessário assegurá-los, em prol da dignidade humana.

Neste sentido, atender a pessoa com deficiência de modo integral consiste em disponibilizar o acesso desta pessoa a diversas áreas sociais e da saúde, permitindo condições para o aumento da capacidade de se desenvolver atividades de vida diária de forma autônoma. Busca-se a promoção da saúde e a sua inclusão em todas as esferas da vida social, o maior desafio do deficiente é mostrar que ser diferente não é motivo de preconceito.

O Estado tem o dever de garantir a saúde a todos os cidadãos e cidadãs. O Sistema Único da Saúde (SUS) foi decisivo na transformação de um sistema totalmente centralizado, privatizado e focado na atenção hospitalar, para um sistema universal, descentralizado, participativo, com controle social, que busca atender a todos sem distinção.

A Constituição Federal de 1988, chamada “Constituição Cidadã,” foi um marco nesse sentido, pois pela primeira vez o setor saúde foi contemplado de forma clara e efetiva, conforme consta no artigo 196:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Brasil (2002) aponta que em 2001 foi definida a Classificação Internacional da Funcionalidade – CIF pela Organização Mundial da Saúde – OMS, proporcionando o entendimento da deficiência conforme a sua limitação, de acordo com o meio social

em que vive e com as suas potencialidades. Assim, a deficiência passa a ser entendida como uma condição de saúde, não se ligando diretamente à doença.

Nubila e colaboradores (2008) apontam que a Classificação Internacional de Funcionalidade surgiu no momento em que se percebeu que os Códigos das doenças não abrangiam toda a complexidade referente à saúde. A CIF, desenvolvida a partir da "Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens", foi aprovada em maio de 2001, refletindo o pensamento ampliado sobre a deficiência:

A CIF, como uma classificação que se propõe a retratar os aspectos de funcionalidade, incapacidade e saúde das pessoas, o que pode ser entendido como um objetivo geral adquire um caráter multidisciplinar, com possibilidade de aplicação em todas as culturas e trazendo pela primeira vez a incorporação dos aspectos de contexto (NUBILA, et. al, 2008 p.5)

De acordo com as autoras, esta CIF percebe o ser humano em três subdivisões: o corpo, compreendendo a sua função e estrutura; a atividade; entendendo como a participação do corpo, e por fim o contexto, visando à dimensão social em que o corpo realiza suas atividades.

Entende-se que o modelo permite compreender a deficiência, sua incapacidade, a desvantagem e a sua funcionalidade. Os conceitos apontados pela autora são:

- Deficiências: são problemas na função ou estrutura corporal, tais como um desvio ou perda significativo.
- Funcionalidade: refere-se a todas as funções do corpo e desempenho de tarefas ou ações como um termo genérico.
- Incapacidade: serve como um termo genérico para deficiências, limitações de atividades e restrições à participação, com os qualificadores de capacidade ou desempenho. A CIF também alista fatores ambientais que interagem com todos estes construtos⁸ (NUBILA, et. al, 2008, p. 7)

A contribuição da CIF é de extrema relevância para a inclusão social destas pessoas, pois possibilita um novo modo de perceber a deficiência e a efetivação de possíveis políticas públicas com a finalidade de promover a equidade social, ou seja, oferecendo serviços especializados de acordo com a demanda de cada ser humano, de modo que seja justo em acesso aos atendimentos e serviços ofertados.

Entretanto, para efetivar a inclusão torna-se necessário entender os diferentes tipos de deficiências. Para Brasil (2006), é preciso lembrar que a deficiência pode

muitas vezes não ser imediatamente percebida pela sociedade, uma vez que existem sujeitos com múltiplas limitações, que embora não possam ser vistas, impedem aos seus portadores de ter os comportamentos adaptativos esperados.

Em contrapartida, aqueles com limitações de ordem física (visual, auditiva ou motora), apresentam ainda a necessidade de acessibilidade para que os comportamentos adaptativos sejam incorporados na vivência do sujeito.

Estes dois tipos de deficiência, e adicionalmente algumas deficiências mentais mais graves, requerem uma equipe interdisciplinar para a elaboração de um tratamento específico que consiga atender a pessoa com deficiência de forma integral, visando à promoção e à inclusão social destas pessoas.

Assim, falar em inclusão significa buscar compreender as dificuldades pelas quais passam as pessoas com deficiência, bem como seus impactos em sua funcionalidade e capacidade de adaptação. É necessário, portanto, acreditar e propiciar meios para adaptação dos sujeitos especiais (BRASIL, 2002).

Nesse ínterim, destacam-se as ações educativas interdisciplinares sugerindo serem as mesmas capazes de promover a orientação ao cuidador e a socialização destes indivíduos. As ações educativas voltadas para a comunidade e para a pessoa com deficiência visam amenizar ou eliminar as incapacidades. Medidas de orientação desde o pré-natal são de extrema relevância, tendo em vista que a descoberta da deficiência é assustadora tanto para a pessoa que nasceu com esta ou a pessoa que adquiriu no meio do caminho a vida. (BRASIL, 2002).

Martini (2011) também comunga com esta ideia e afirma que a pessoa com deficiência precisa de atendimento especializado por uma equipe interdisciplinar, incluindo médico, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social e pedagogo. Adicionalmente a estes, se observa a importância da nutricionista, enfermeiro, odontólogo e do farmacêutico na prevenção e promoção da saúde dos pacientes.

Assim, diante desse novo contexto social de inclusão, exige-se dos profissionais de saúde, educação e assistência social repensar os conhecimentos e práticas existentes a fim de elaborar um plano de ação efetivo, voltado para cada pessoa individualmente, atendendo as suas especificidades, em busca da promoção da sua autonomia e da sua inclusão social (MARTINI, 2011).

Desse modo, este trabalho busca o conhecimento e reflexão sobre o tema da sexualidade, um tema que esbarra em grande resistência da população em geral

pela invisibilidade ainda presente da pessoa com deficiência, e especialmente pela carência de estudos sobre os direitos voltados para a sexualidade das pessoas com deficiência. Como exemplo: pode-se citar o documento do Brasil (2007) que em seu sumário contém a Sexualidade e a Diversidade. Porém, ao tratar desta temática, ele aborda apenas a homossexualidade e não a vida afetiva e sexual da pessoa com deficiência. No site do Géledes, ao buscar o tema da sexualidade e da diversidade da pessoa com deficiência, encontram-se artigos sobre os direitos sexuais do grupo de Lésbicas, Transsexuais, Homossexuais e Gays, sendo escassa a produção de artigos a respeito da sexualidade da pessoa com deficiência.

2 OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é refletir sobre a importância de se tratar a questão da sexualidade das pessoas com deficiência no espaço educacional.

2.2 Objetivos Específicos

- Conhecer os direitos da pessoa com deficiência.
- Refletir sobre as políticas públicas dos campos da saúde e da educação voltadas para as pessoas com deficiência.
- Conhecer as políticas sociais e educacionais voltadas para a sexualidade das pessoas com deficiência.
- Analisar historicamente o processo de repressão da sexualidade das pessoas com deficiência.
- Refletir criticamente de que forma as práticas educativas sexuais contribuem para o desenvolvimento da vida afeto-sexual da pessoa com deficiência.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Os direitos da pessoa com deficiência e seu contexto histórico

O termo deficiente envolve muita discriminação, medo e exclusão, mesmo nos dias atuais (BAPTISTA, 2009). Brasil (2006) adverte que há poucos registros sobre o tratamento da sociedade diante da pessoa com deficiência. Os primeiros registros são encontrados na Bíblia, em que fica evidente a discriminação e a segregação do deficiente. As pessoas com deficiência eram consideradas inúteis, não tendo o direito de aprender a ler e não sendo dignos de conviver na sociedade (LIMA, 2010).

O século XX introduz uma discussão acerca dos direitos e dos conceitos das pessoas com deficiências. Na década de 1990, o conceito deficiência era definido por questões médicas, voltados somente para os “defeitos” corporais. Ao longo dos anos, esta definição foi ampliada e hoje é levado em consideração o modelo social, ou seja, a deficiência não se restringe ao indivíduo, mas compreendida em seu contexto social (BAPTISTA, 2009). A definição atual de deficiência utilizada no Brasil, estabelecida no decreto n.3.956/01 é:

[...] deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (BRASIL, 2002, p. 7).

Segundo Brasil (2002), em 2001, durante a Assembleia Mundial de Saúde ficou definido a Classificação Internacional da Funcionalidade – CIF pela Organização Mundial da Saúde – OMS. Esta metodologia inovadora visa nortear as políticas públicas voltadas para o potencial da capacidade do deficiente e não para as fragilidades. Verificam-se a funcionalidade, a morfologia, as limitações, a vida na sociedade, o seu ambiente de convívio e o contexto social.

Baptista (2009) aponta que gradativamente as pessoas com deficiências conscientizaram-se de que faziam parte da sociedade, possuindo direitos de serem cidadãos, não aceitando mais uma visão assistencialista de sua condição.

O autor reforça o longo caminho que existe para garantir de fato os direitos das pessoas com deficiência, e que não se deve desistir de buscar uma sociedade inclusiva.

Junto às novas conquistas da legislação em prol da pessoa com deficiência, a Carta para o Terceiro Milênio aprovada em 1999, em Londres, é um documento de suma importância para o movimento social pelos direitos humanos, principalmente pela sua tentativa de efetivá-los para as pessoas com deficiências, visando a sua plena inclusão, em todos os setores da sociedade (O'REILLY, 1999).

A carta aponta também a contradição da evolução no século XXI, em que houve a evolução tecnológica e, no entanto, permaneceram as barreiras da inclusão. A família que possui um deficiente tem o direito de receber os serviços de habilitação referentes ao seu desenvolvimento mental, físico e funcional, e assim assegurar a autonomia destas pessoas em autocuidar e realizar as atividades da vida diária, visando o seu pleno empoderamento, ou seja, a consciência do próprio poder de decisão e participação (O'REILLY, 1999).

Pode-se citar ainda que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que se tornou um documento de extrema relevância na luta contra a discriminação dessas pessoas. O artigo 16º assegura os direitos sexuais a todos sem distinção:

A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura de sua dissolução, ambos têm direitos iguais.

A declaração de Salamanca também oferece uma grande contribuição para a educação inclusiva, bem como a Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência (1995), que é uma ferramenta para assegurar a igualdade de direitos. Ela expressa em seu artigo 3º:

As pessoas deficientes tem o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm o mesmo direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente tão normal e plena quanto possível.

Essas leis contribuem para a construção de políticas em prol da inclusão social, redefinindo os significados em torno da pessoa com deficiência.

Um avanço relevante foi a iniciativa brasileira, que em 2008, transformou a Convenção de Organizações das Nações Unidas – ONU em emenda constitucional, assegurando o anseio de se tornar um Brasil, de fato, para todos. Ela reconhece que



as barreiras físicas, no acesso aos transportes, informação e serviço, impedem a concretização e o acesso aos direitos inerentes da pessoa com deficiência.

Por fim, em 2013, é promulgado o Estatuto da Pessoa com Deficiência que de fato afirma o direito da sexualidade da pessoa com deficiência em seu artigo 9º inciso I e II:

I – Seja reconhecido o direito das pessoas com deficiência, em idade de contrair matrimônio, de casar-se e estabelecer família, com base no livre e pleno consentimento.

II – Sejam reconhecidos os direitos das pessoas com deficiência de decidir livre e responsavelmente sobre o número de filhos e o espaçamento entre esses filhos e de ter acesso a informações adequadas à idade e a educação em matéria de reprodução e de planejamento familiar, bem como os meios necessários para exercer esses direitos.

3.2 Promoção da qualidade de vida, humanização e a inclusão da pessoa com deficiência

Durante os últimos anos, o processo de transformação vivenciado pelas políticas públicas brasileiras, promoveu a mudança das políticas de saúde, antes voltadas para a cura de forma unilateral, para um atendimento em equipe, enxergando o indivíduo como ser integral. Visa-se um objetivo central: promover saúde e a qualidade de vida (VILLA, ET AL., 2009).

A saúde é considerada um bem comum, um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo este um grande desafio para o Estado a fim de se construir uma sociedade inclusiva e digna.

A Política Nacional da Saúde do Portador de Deficiências do Ministério de Saúde considera que a sociedade está modificando a ideia de integração social, para substituí-la pela inclusão. A inclusão não favorece a discriminação dessas pessoas e possui o objetivo de oferecer acessibilidade a todos os cidadãos. (BRASIL, 2002). O Estatuto da Pessoa com Deficiência definição de discriminação em seu artigo 7º inciso I

Considera-se discriminação em razão da deficiência, todas as formas de discriminação ou qualquer distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício dos direitos e liberdades fundamentais dessas pessoas, incluindo a recusa de adaptação razoável.

Segundo Brasil (2002), um dos caminhos mais relevantes desta política é o de assegurar a qualidade de vida à pessoa com deficiência. A sua inclusão requer a mobilização social, política e econômica em prol da garantia de igualdade de oportunidades a este segmento da população, considerando as possibilidades e as fragilidades de cada sujeito.

Documento recente do Ministério da Saúde, no ano de 2010, comunga com estas ideias apontadas pela Política Nacional das Pessoas Portadores de Deficiência, que enfatiza as lutas pela efetivação dos direitos da pessoa com deficiência. Uma delas é a modificação do termo pessoas portadores de deficiência para pessoas com deficiência, entendendo “portador” como algo pejorativo (BRASIL, 2010).

A criação de ambientes favoráveis, com a disponibilidade de tecnologias capazes de garantir o acesso à educação, lazer, transporte, cultura, trabalho, locomoção é relevante para que a sociedade entenda que a exceção deve ser a regra, ou seja, construir espaços públicos voltados para o deficiente é asseverar a todos a acessibilidade e a construção de uma sociedade mais justa e igual (BRASIL, 2002).

O mecanismo legal para se reivindicar melhorias e a promoção da qualidade de vida e a inclusão das pessoas com deficiência é o controle social. Nestes espaços públicos, é viável o acompanhamento das ações públicas em busca da garantia do direitos a todos os cidadãos (BRASIL, 2002).

O documento mais recente do Governo Federal foi o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, por meio do Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011, que assegura o acesso prioritário da pessoa com deficiência à educação, transporte escolar, curso profissionalizante, educação superior, transporte, e aos cursos profissionalizantes, bem como o BPC na escola, o BPC trabalho, ao acesso à moradia adequada por meio da garantia de 3% das casas do Programa Minha Casa, Minha Vida e acesso à saúde.

O Brasil tem avançado na promoção da equiparação de oportunidades para que as pessoas com deficiências não sejam impedidas de concretizar os seus sonhos e projetos, valorizando o protagonismo destes cidadãos.

Atualmente, no Brasil, 45 milhões de pessoas declaram possuir algum tipo de



deficiência, segundo o Censo IBGE/2010. A proposta do Viver sem Limite é investir o valor de R\$ 7,6 bilhões até 2014 e buscar, por meio da articulação de políticas governamentais, o acesso de todos à educação, à inclusão social, à atenção e à saúde.

Brasil (2011) informa que existem mais de 24 mil escolas que possuem Salas de Recursos Multifuncionais em atividade, abrangendo 83% dos municípios brasileiros. Há o objetivo de, por meio do Ministério da Educação, implantar mais 17 mil salas, totalizando mais de 41 mil escolas com Salas de Recursos Multifuncionais em todo o Brasil.

O Plano Viver Sem Limite responsabiliza o cidadão pela garantia da efetividade deste acesso e também ao próprio gestor do município, a fim de garantir os recursos necessários para a implementação destas tecnologias.

Por meio do trabalho realizado no Programa BPC escola, foi diagnosticada a falta de transporte adequado para as pessoas com deficiências, um fator que impede a frequência dos estudantes com deficiência à escola. O plano prioriza os municípios com maior número de beneficiários do BPC em idade escolar obrigatória e que estão fora da escola, e disponibiliza os veículos adaptados com o objetivo de transportar estudantes tanto para as aulas quanto para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), rural ou urbano. Está prevista a entrega de 2.609 veículos acessíveis até 2014 para atender a cerca de 60 mil estudantes com deficiência.

Em relação à saúde, é direito de todos e dever do Estado, por meio do Sistema Único de Saúde, que garante equipes dos Núcleos de Apoio a Saúde da Família – NASF, os atendimentos domiciliares voltados para a reabilitação e a habilitação das pessoas com deficiência.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reafirma esse direito e reitera que as pessoas com deficiência devem ter acesso a todos os bens e serviços da saúde, sem qualquer tipo de discriminação. O Plano Viver Sem Limite almeja a organização de rede e na atenção integral à saúde (BRASIL, 2011).

Entende-se por Rede, “a articulação dos serviços de saúde, com a garantia de ações de promoção à saúde, identificação precoce de deficiências, prevenção dos agravos, tratamento e reabilitação” (BRASIL, 2011, página).

O Plano Viver Sem Limite ratifica a teoria que intervir precocemente junto à

pessoa com deficiência torna possível o diagnóstico das principais doenças e dos fatores de risco que afetam crianças de zero a dois meses de idade, a fim de possibilitar a melhor e mais eficaz intervenção e conduta clínica (BRASIL, 2011).

A introdução de novos exames no teste do pezinho, dentro da Política Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), além de detectar precocemente algumas doenças metabólicas, genéticas e/ou infecciosas, viabilizará a identificação de duas novas doenças: Deficiência de Biotinidase e Hiperplasia Adrenal Congênita. E aumentará o incentivo na triagem auditiva neonatal, há mais de 175 maternidades de alto risco para a realização dessa ação (BRASIL, 2011).

O Governo Federal, de acordo com Brasil (2011) incentivará a realização do Teste da Orelhinha, um exame de avaliação auditiva feito em recém-nascidos para o diagnóstico precoce de perda auditiva. O Teste do Olhinho é um exame que deve ser realizado na primeira semana de vida dos bebês para detectar e prevenir diversas doenças oculares, a fim de evitar as sequelas mais severas das possíveis doenças.

O Plano promoverá até 2014 as diretrizes terapêuticas para a Rede de Atenção à Saúde do SUS, para tratar as doenças e/ou deficiências precocemente detectada, tais como; síndrome de Down; transtornos do espectro autista; deficiência intelectual; deficiência visual; triagem auditiva neonatal; paralisia cerebral, lesão medular; Acidente Vascular Encefálico (AVE); amputações e Traumatismo Cranioencefálico (TCE). (BRASIL, 2011).

O Plano Viver Sem Limite prevê a inauguração de mais 45 novos Centros Especializados de Reabilitação (CER), reforça o trabalho desenvolvido pelas equipes interdisciplinares através dos Núcleos de Atenção à Saúde da Família como o objetivo de ações de habilitação e reabilitação, por meio da equipe interdisciplinar, que visam melhorar as funcionalidades das pessoas com deficiência para promover sua autonomia e independência. (BRASIL, 2011).

Entretanto, interessa-nos especialmente refletir sobre as políticas educacionais e sociais voltadas para as questões da sexualidade das pessoas com deficiência.

Inicialmente, será feito um breve percurso histórico da repressão sexual para se pensar a sua relação com as dificuldades de se abordar o tema junto às pessoas com deficiência.



3.3. Breve histórico da repressão sexual

Segundo Mamede (2007), o corpo hoje é bastante valorizado, explorado e comercializado. O corpo está exposto na mídia e nas relações pessoais. O autor aponta como fatores desta exaltação corporal aspectos como interesses comerciais, liberdade de expressão incondicional, manipulação do inconsciente. As propagandas de cerveja são exemplos desta exaltação do corpo, principalmente do feminino.

Para o autor, a sexualidade atual é fruto de uma repressão histórica e da concepção de que somos dualistas: corpo ou espírito. A concepção Cristã dominou e domina, de certa maneira, a vida de cada um. Mamede (2007) relata que o catolicismo considerava a sexualidade um pecado contra a castidade dos mais graves, pregando o desprezo do prazer e a necessidade do homem dominar os seus desejos. Existiram também cinco vertentes cristãs que influenciaram a maneira do homem perceber o corpo, o sexo e a si mesmo.

A primeira concepção é a do Estoicismo, segundo a qual o homem, para ser virtuoso e feliz, precisa utilizar a razão para dominar o prazer sexual. A sexualidade é vista como a perda da razão. Já o Maniqueísmo possui uma visão dualista entre o bem e o mal. Nesta concepção, corpo e a matéria estariam sob o domínio do mal e o espírito sob o domínio do bem. O corpo é o inimigo da alma, precisa ser castigado. O sexo e o corpo são maléficos e imorais.

O Dualismo platônico-agostiniano não acredita na possível união entre corpo e espírito. O espírito é visto como superior e não deve misturar com a carne. O sexo é somente para fins reprodutivos, semelhantes aos animais, fora isso torna-se imoral, pecaminoso. O amor é um nível de espírito e não carnal. O Jansenismo trata de uma doutrina rigorosa que abomina o corpo e o sexo. O homem deve renunciar e abominar os prazeres carnis e buscar os valores celestes, espirituais. Por sua vez, o puritanismo percebe o homem como pura ruína, ou seja, por causa do pecado ele não consegue se aproximar de Deus.

Mamede (2007) aponta que a sexualidade humana deveria ser libertadora, correspondendo a uma doação entre duas pessoas, despertando o melhor do outro, a gratuidade, a honestidade e por último a fidelidade. Ela deveria se pensada como algo enriquecedor, com interesses generosos. Ele acrescenta que a sexualidade

deveria ser inserida no planejamento educacional, pois ela interfere em toda a vida humana.

Diante das formas repressivas descritas acima sobre a sexualidade, compreende-se a resistência das pessoas quando se trata de sexualidade, especialmente, das pessoas com deficiência. Existem poucas discussões a respeito desse tema, que permanece impregnado de tabus e preconceitos. Isso pode ser comprovado pela ausência de concepções educativas sobre a sexualidade voltadas para o público de pessoas com deficiências. Vivemos em uma sociedade que nega os direitos deste público, negligenciando diariamente os seus direitos básicos, e que inviabiliza a vida sexual dessas pessoas. São ainda precárias as políticas públicas de saúde e educação em prol da sexualidade das pessoas com deficiências.

3.4 Percepções de igualdade e desigualdade: naturalização da discriminação

Para refletir sobre as questões que envolvem as pessoas com deficiência, será feita inicialmente uma discussão sobre as percepções de igualdade e desigualdade social, para apontar que essas percepções e noções são construídas socialmente.

Costa (2014) conceitua a igualdade mediante normas estabelecidas pelo próprio homem para o seu convívio social. Moufle (1996) apud Costa (2014) discute dois conceitos: igualdade e liberdade, dentro da sociedade democrática, mostrando que são princípios que possuem significados de acordo com o contexto histórico e cultural vigente. Assim, ser livre e/ou igual estará sujeito à concepção da cultura de determinada comunidade política, de acordo com as relações de poderes e das categorias de inclusão e exclusão construídas socialmente. Ou seja, sua identidade somente é constituída em uma relação de inclusão de valores e normas e, conseqüentemente, com a exclusão de determinados outros valores.

Ainda neste pensamento, Costa (2014) entende que a igualdade é construída simbolicamente. Para manter o poder de uma sociedade torna-se necessário delimitar a diferença, a fim de sustentar a superioridade de “ser igual e normal”.



O autor ainda pontua que a diferença conduz à desigualdade, pois o que se encontra fora da normalidade é marginalizado, como exemplo, a pessoa com deficiência.

Completando esta discussão, Silva (2014) aponta que nossa identidade está ligada à diferença, pois a afirmação "sou brasileira" implica em negar as demais nacionalidades existentes. Então, a identidade depende e existe diante da diferença.

O autor ainda argumenta que a igualdade e a diferença são socialmente construídas, elas provêm de uma criação linguística. O signo está ligado à relação de poderes, e o processo de normalização é um dos meios mais sutis da manifestação dos poderes; ser igual significa eleger uma identidade como positiva e entender as demais como algo negativo.

Silva (2014) pontua ser essencial que a escola comece a discutir a igualdade e a diferença como questões políticas, entendendo como estes conceitos são socialmente construídos.

Conforme Machado (2014), a sociedade é fruto de processos históricos e sociais. Entendendo que somos agentes da política, devemos concordar com o autor quando ele afirma que a naturalização das hierarquias e da desigualdade leva à meritocracia. Ou seja, nós, como agentes de transformação, devemos desmistificar a ideia de que o indivíduo por si só é responsável pelo seu fracasso ou sucesso pessoal, excluindo a responsabilidade do Estado e da Sociedade Civil em proporcionar condições adequadas para a promoção dos potenciais individuais. O autor ainda pontua o papel do Estado como regulador das relações sociais e ressalta o seu processo dialético, ora priorizando direitos individuais e ora priorizando direitos coletivos.

Machado (2014) também assinala que a política envolve toda a sociedade. Assim, percebe-se o papel do professor como político e técnico, não existindo separação entre estes conceitos, pois no momento de formação do indivíduo, o educador proporciona influências no modo de ver o mundo e na escolha política deste agente educador. Portanto, a transmissão de conhecimentos implicará na maneira de ser destes alunos.

Desta forma, os movimentos sociais são importantes para a sensibilização da diferença. Cabe ao professor analisar e trabalhar a diversidade, possibilitando o aluno "ver o mundo com outros olhos" (MACHADO, p. 17, 2014).

Complementando estas ideias, a autora Candau (2012) reafirma o papel

contraditório do Estado, pois ao mesmo tempo em que se criam leis e políticas públicas que afirmam os direitos de todos, esses mesmos direitos são constantemente violados pelo próprio Estado. Para a autora, os processos educacionais são fundamentais para que a afirmação dos direitos humanos seja internalizada.

Santos (2006 apud Candau 2012) assegura que deve ocorrer a desconstrução dos significados de diferença e de igualdade para que surja o conceito de igualdade na diferença, contribuindo com o processo de democratização.

Para Arroyo (2011), a desigualdade perpassa as questões do processo de alfabetização, escolaridade e qualidade. A noção de meritocracia no âmbito escolar possibilita a produção e a reprodução de desigualdades, uma vez que dá ao aluno a responsabilidade única de fracassar ou não no processo educacional. O autor postula que os educadores contribuem para a má qualidade de ensino, pois o aluno que possui a origem diferente de um coletivo é considerado inferior ao um grupo dito superior, fato este que exime a responsabilidade do Estado de proporcionar condições semelhantes de oportunidade aos alunos. O agravante é relacionar a qualidade baixa das escolas a um grupo historicamente classificado como inferior (Arroyo, 2011).

Assim, pensar em inclusão, mediante uma sociedade arraigada a uma cultura de relações de poderes, em que o conceito de superior é exclusivo de um grupo específico, torna-se um desafio.

Na verdade, faz-se necessário a criação de políticas capazes de não reproduzir o preconceito, o racismo e a marginalização. Políticas que discutam o processo histórico das desigualdades, identificando as verdadeiras raízes da naturalização da discriminação. A tendência de se pensar uma escola única, de modo homogeneizar a educação, significa desconsiderar a diversidade presente na sociedade e não tratar os cidadãos como sujeitos da própria história, inseridos em um contexto social. O mesmo autor ainda faz uma reflexão crítica sobre as políticas inclusivas, apontando que os diferentes permanecem excluídos e que estas não são tão inclusivas.

Esta suposta inclusão interliga-se à relação de poder dos grupos superiores. Deve-se considerar que os grupos “desiguais” lutam pelo reconhecimento dos seus direitos e pertencimento, e não por uma inclusão, ou seja, estes grupos não se

consideram inferiores e sim, pessoas com direitos. Torna-se relevante pensar nas políticas de reconhecimento dos direitos negados ao longo do processo histórico, como o autor pontua: “Deixar de ser políticas compensatórias, distributivas, inclusivas para ser políticas afirmativas” (Arroyo 2011, p. 92).

As políticas devem ser repensadas em favor de um coletivo que se faz presente e para sujeitos de direitos que podem se reconhecer na sociedade. Somente desta forma ocorrerá, de fato, a inclusão social. Trata-se de uma perspectiva de inclusão que não descaracteriza o diferente e que possibilita a existência destes grupos políticos por meio do acesso aos seus direitos no ambiente social.

Em concordância com os autores acima, consideramos que os processos de inclusão educacional atuais deveriam ser repensados, pois existe uma forma de inclusão que gera a exclusão de algumas pessoas. Como forma de exemplificar essa afirmação, apresentamos o relato de uma adolescente com deficiência que estudou em uma mesma escola regular convivendo com a mesma turma de alunos durante toda a sua infância e adolescência. Ao completar 15 anos, a família convidou professores e alunos para a sua festa. Ninguém compareceu. Esse fato nos leva a pensar se nesta escola houve de fato um trabalho de inclusão.

O preconceito se faz presente em toda a sociedade e para combatê-lo é importante realizar um trabalho educativo que desconstrua os imaginários sociais de pessoa eficiente e deficiente.

A escola deve possibilitar a convivência das diferentes percepções de mundo, abrindo espaço para o diálogo intercultural, para a construção e a desconstrução de signos, favorecendo a crítica reflexiva.

Como educadores, devemos pensar no direito à educação como condição mínima de dignidade humana, mas também nos preocupar com a qualidade deste ensino. A autora Candau (2012) acredita que para qualificar este processo educacional, deve ser introduzida a educação em direitos humanos. Candau (2012) ainda entende que trabalhar a “filosofia da diferença” e não da diversidade, é compreender que o diferente não é estático, trata-se de movimentos fluídos e dinâmicos, como toda a sociedade.

Costa (2010) compreende que só se torna possível falar de democracia por meio da abertura de espaços para que os grupos ditos diferentes possam se manifestar, possibilitando a desconstrução do imaginário social. Desconstruir

verdades impostas ao longo de sua vida, para o educador ser qualificado a semear mudanças, torna-se uma tarefa difícil, pois ele primeiramente é um ser inserido nesta sociedade que naturaliza a desigualdade, que interioriza estereótipos e padrões culturais estabelecidos pela mídia.

Para o profissional ser um multiplicador das ideias inclusivas, é preciso se conhecer nas situações de preconceito e discriminação, uma vez que na infância a imposição do “não ser” prevaleceu. Por exemplo, ser negro nesta sociedade implica em “não ser”, não ser bonito, não ser capaz, não ser inteligente, sendo inferiorizado por familiares e colegas de sala.

A concepção da meritocracia, que implica em acreditar que cada indivíduo por si mesmo consegue ascensão na vida social, isentam o Estado de promover igualdade no acesso à educação de qualidade, aos serviços de saúde e ao emprego, e leva a acreditar que o fracasso é uma incompetência pessoal, reafirmando a inferioridade do “eu” e a superioridade de um grupo privilegiado. Assim, não se levam em consideração as dificuldades sociais de acesso a uma escola de qualidade, a um emprego, a um ensino superior público e aos produtos e bens de consumo. Conforme Coelho (2014) a meritocracia perpassa pelo:

Entendimento que o individuo sozinho é responsável pelo seu sucesso e seu fracasso, A idéia errônea de que todos possuem acesso a uma escola única. Exime do Estado o seu dever de garantir qualidade de ensino e acesso a oportunidades (COELHO, 2014).

Refletir sobre este processo histórico e social que conduz ao preconceito e à discriminação de pessoas, permite introduzir mudanças sociais. Conhecer como os conceitos de igualdade e diferença são construídos socialmente permite compreender como os educadores são “treinados” a realizar um discurso preconceituoso:

A naturalização da diferença possibilita “Visões de Mundo” capazes de inferiorizar grupos não considerados normais, por meio de uma concepção a priori, sem fundamento, reflexão. A atitude preconceituosa promove a exclusão, marginalização e pode ocasionar violência em repúdio ao diferente. (COELHO, 2014).

O dialogo é um caminho para desmistificar a ideia de que o Brasil é um país



para todos e por todos. Apesar de ser visível o valor da diferença, o ser diferente ainda gera estranhamento e discriminação social. Não obstante o avanço das tecnologias que interligou povos e culturas diferentes, permanece o Multiculturalismo que implica na:

Mesclagem das diferentes culturas, com uma imagem de aceitação do diferente, entretanto ainda existe bem presente, mesmo diante de todo o acesso a informações, a discriminação e a reprodução do preconceito, pois a sociedade e a escola ainda não discutem abertamente o ser diferente, o que se entende por igual, e porque o diferente é inferior, ou não aceito, onde se encontra a definição de normal. Estas questões a medida que não são questionadas, são repassadas de modo a entender que o diferente deve ser anulado, sendo este um dos possíveis motivos do Brasil ser considerado o país que mais tem homicídios contra homossexual (COELHO, 2014).

A visualização dos diversos países e povos permite compreender como as desigualdades de acesso a serviços públicos de qualidade estão presentes nos países com menor investimento em educação. As lutas destes grupos excluídos perpassam pela conquista de leis que assegurem os seus direitos e atravessam a naturalização imposta pelo processo de normatização. Por isso, a relevância da desconstrução da “igualdade”. É preciso reconhecer que antes dos anos 50 este público encontrava-se isolado e não era reconhecido como cidadão em nosso país. Por meio dos avanços das leis, foi possível repensar os direitos e a potencialidade deste público, contrapondo os paradigmas formulados para a pessoa com deficiência e lutando para o seu reconhecimento como cidadão eficiente.

Partindo deste raciocínio, a escola deve ser um espaço propício de transformação e de desnaturalização da desigualdade, permitindo as interações entre os alunos, para que as manifestações da aprendizagem possam ser compartilhadas na diversidade humana. Como educadores, devemos pensar no direito à educação como condição mínima de dignidade humana, mas também nos preocupar com a qualidade deste ensino.

O educador deve contribuir para a democratização da sociedade e a promoção dos direitos humanos a partir do trabalho diário na escola. O professor deve estar atento às ações afirmativas e aos direitos sociais emergentes das minorias, a fim de incluir dentro da abordagem do currículo a discussão de temáticas sobre a diversidade, combatendo a reprodução de imaginários sociais que reportam essas pessoas à invisibilidade, à exclusão, engrenando a violência contra os grupos

ditos anormais.

Não se pode ignorar a evolução constante da tecnologia, ciência, cultura, educação, saúde e principalmente da área social. Estão sendo inseridos temas polêmicos nas mídias, que colocam em pauta questões de discriminação antes ignoradas. Estas mudanças levam à necessidade de uma capacitação constante dos educadores, para que estes contribuam para a reflexão crítica dos seus alunos.

A mudança que queremos deve partir de cada um de nós, como seres e educadores que influenciam a formação de concepções e de vidas.

Relacionando esta teoria com a minha prática profissional, percebo a tendência de se estabelecer e enquadrar, dentro das escolas, os alunos nos padrões ditos normais. Mesmo atuando em uma escola especial, reconheço que há na linguagem dos profissionais a tentativa de se excluir o aluno que precisa ser trabalhado de modo diferencial. Desenvolver a equidade no espaço escolar demanda compreensão, diálogo e uma maior dedicação dos educadores. As atitudes fora do padrão estabelecido socialmente causam estranhamento e, por vezes, silêncio, mas o próprio silêncio sobre o assunto reproduz o preconceito.

O ambiente escolar deve provocar no aluno a liberdade para questionar a linguagem, para perceber criticamente o que há por detrás das nomeações e refletir sobre o conceito de igualdade e de liberdade em questão. A igualdade e a liberdade serão efetivas quando se consolidar o princípio da alteridade e o respeito mútuo.

Enfim, para contribuir com a democratização da sociedade e a promoção dos direitos humanos a partir do trabalho na escola, faz-se necessário que o professor esteja atento às ações afirmativas e aos direitos sociais. Ele deve contribuir para com o avanço da discussão, combatendo a reprodução de imaginários sociais que promovem a invisibilidade e a exclusão de determinados grupos “anormais”.

3.5. Educação Sexual

Segundo a Fundação Odebrecht (2001), o professor, para trabalhar com a educação sexual, necessita ser, ora espectador das experiências vividas pelos adolescentes, ora participante, solidário, compartilhando o seu saber, permitindo que o adolescente tenha a liberdade de escolher.



De acordo com Suplicy (1994), durante muitos anos a sexualidade foi considerada de pouca importância e com uma única finalidade: a de reprodução.

As mudanças tecnológicas ocorridas no século XIX e a revolução sexual no século XX provocaram mudanças nos processos de socialização e de educação dos indivíduos, substituindo antigos pensamentos sobre a sexualidade e provocando alterações nos hábitos de vida.

Mas, ainda sim, percebe-se que abordar o tema da sexualidade é uma tarefa difícil para os educadores, pois existe em nossa sociedade uma grande resistência sobre o assunto. Vimos como historicamente essa resistência foi construída. Segundo Berge (1958), apoiado na teoria psicanalítica, esta resistência é um mecanismo de defesa, pois o instinto sexual sempre assusta. Quanto menos o homem tiver sido preparado, ou seja, menor tiver sido sua educação sexual, maior será seu receio em enfrentar sua sexualidade.

As manifestações sexuais afloram em todas as faixas etárias. Berge (1958) relata que a educação sexual deve começar a ser trabalhada em casa, ela deve ser iniciada o mais cedo possível, a partir do dia em que a menina descobre que é uma “moça” e o menino um “rapaz”, através da descoberta dos órgãos genitais externos. Surge aí o interesse e a curiosidade sobre o corpo, as questões de gênero e de sexualidade. O diálogo aberto favorece a chegada à fase adulta sem atropelos e com menor angústia, sem que seja preciso procurar informações em outros lugares, pois nem sempre este processo acontece de forma bem sucedida.

Reith (2002) aborda os significados envolvidos da iniciação sexual entre jovens de classe média na faixa de 15 a 19 anos. Em seu artigo, a autora revela que 61% das jovens já haviam tido sua primeira relação sexual. Destas, aquelas com menores níveis de instrução foram as que perderam a virgindade mais cedo.

Para as jovens, a iniciação sexual ainda está ligada a valores tradicionais, como o amor e a escolha da pessoa certa. Segundo a autora, para os jovens do sexo masculino, a vida sexual deve iniciar o mais cedo possível, esta iniciação está ligada à afirmação da masculinidade.

A educação sexual para as meninas restringe-se à questão contraceptiva. Assim, quando iniciam a vida sexual, as jovens se preocupam somente em evitar a gravidez e utilizam o método contraceptivo por via oral por acharem-no mais eficaz do que o preservativo. A preocupação em evitar doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a AIDS, é colocada em segundo plano. A não utilização do

preservativo na relação significa para o casal de namorados uma prova de fidelidade entre eles.

Para Reith (2002) a juventude é uma fase em que possui a liberdade de gozar e experimentar o prazer da vida. O que acontece, muitas vezes, é que este prazer resulta em conseqüências não desejadas, sendo extremamente necessária uma educação que instigue maior responsabilidade.

Apesar da permanência do tabu e do preconceito sobre este assunto, é necessário que a jovem tenha uma orientação de como viver sua sexualidade.

Por isso, verifica-se a importância de se trabalhar a sexualidade e/ou educação sexual. Esclarecer dúvidas sobre diversos assuntos e preparar as pessoas, principalmente os adolescentes, para uma vida sexual de forma segura, chamando-os à responsabilidade para que não ocorram situações futuras indesejadas, como contrair uma doença ou uma gravidez não planejada.

Percebe-se, portanto, que o tema da educação sexual deve ser amplamente discutido, abrindo a reflexão para todos os grupos sociais, raças e gêneros, além das pessoas com deficiência.

3.5.1 Breve histórico da educação sexual

De acordo com Vasconcellos (1996), a necessidade de implementação de políticas voltadas para a educação sexual no Brasil é posta em evidência no começo do século XX, quando o movimento de médicos higienistas e educadores passam a defender a educação sexual como forma de proteção à infância e à maternidade. Os participantes deste movimento visavam uma educação sexual a favor dos valores conservadores, contra a masturbação e as doenças venéreas. Adicionalmente, os integrantes deste movimento acreditavam que tal educação deveria preparar a mulher para desempenhar as atividades domésticas.

Segundo este autor, a educação sexual na década de 30 era vista, portanto, como um mecanismo para manter os costumes tradicionais, incentivando as mulheres a serem boas esposas e procriadoras.

De acordo com Nascimento (2007), desde o período paleolítico a mulher era submissa ao homem. A religião a apresentava como símbolo de tentação. Nas



religiões monoteístas, por exemplo, o papel da mulher era simplesmente de procriadora, ela era a responsável por formar uma família para seu marido. Essa visão ainda permanece presente no inconsciente de grande parte da população.

A percepção da perda do pátrio poder, a iniciação da mulher no mercado de trabalho, a falta de vínculo familiar, o aumento da sexualidade pré-matrimonial foram aspectos que despertaram a necessidade da atuação das escolas como meio de educar as crianças e adolescentes sobre a sexualidade, devido à mudança da vida sexual, que deixou de ser restrita à procriação e abarcou a busca do prazer.

Segundo Bruschini e Barroso (1986), nos anos 1930, a sociedade se via, em sua grande maioria, favorável à educação sexual nas escolas, alguns com uma perspectiva conservadora e outros com a perspectiva da liberdade sexual influenciada pela emancipação feminina e pelas influências dos estudos da França.

Neste período, vários livros foram lançados a favor do amor feminino, da não multiplicação, do reconhecimento do papel da mulher, promovendo o fim do tabu da virgindade. Entretanto, a Igreja Católica sempre se apresentou como um empecilho para o movimento a favor da educação sexual nas escolas, para manter os valores cristãos e a preservação da inocência, como armas contrárias à liberação sexual. Somente com o Concílio Vaticano II que surgem grupos favoráveis dentro da igreja à educação sexual nas escolas.

A década de 1960 foi um período caracterizado pelas primeiras tentativas da efetivação da educação sexual nas escolas. Pode-se citar em 1963, por exemplo, o Colégio Pedro de Alcântara, que introduziu a educação sexual como matéria em todas as séries. Em 1968, a educação sexual foi introduzida nos currículos dos colégios André Maurois, Infante dom Henrique e Orlando Roucas. É interessante relatar que os próprios alunos tinham autonomia para participarem ativamente durante as aulas, envolvendo os pais neste trabalho e conquistando o apoio dos mesmos.

De acordo com Bruschini e Barroso (1986), com o início da ditadura, a educação sexual foi totalmente reprimida. A ênfase se volta para a manutenção e o fortalecimento dos valores morais. O argumento central deste período é de que seria o desamor à nação a prática de evitar filhos. Nessa época, muitas escolas foram fechadas, professores favoráveis à educação sexual foram processados e a punição foi geral. A sexualidade volta a ser tratada como tabu.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) mostram que a partir da década de 70, intensificou-se a discussão sobre a inserção da educação sexual no currículo das escolas. A discussão contemporânea ocorreu juntamente com os movimentos sociais que propunham repensar o papel da escola e os conteúdos enfocados por ela. Mesmo assim, não foram muitas as iniciativas na rede de ensino público. Vale ressaltar que a oposição não era somente governamental, muitos professores acreditavam ser melhor investir no ensino contra a subnutrição e suas conseqüências do que ensinar sobre sexualidade.

Em 1978, a educação sexual nas escolas volta a ser tema de debates. A BEMFAM, com o intuito do controle populacional, começa a pressionar o Governo Federal para a reimplantação da educação sexual como matéria escolar. Estes movimentos resultaram na implantação do primeiro programa de rádio e um serviço telefônico para responder questões relacionadas à sexualidade.

Após os anos 80, a preocupação com a questão da sexualidade aumentou devido ao crescimento da gravidez não planejada entre as adolescentes e das Doenças Sexualmente Transmitidas.

Antigamente, os pais apresentavam resistência à abordagem da sexualidade no âmbito escolar, mas hoje muitos pais solicitam a educação sexual nas escolas, pois percebem não só sua importância, mas alguns sentem dificuldades em falar abertamente sobre esse assunto em casa. Algumas escolas cientes da necessidade em se trabalhar com a questão sexual discutem sobre reprodução humana, questões relativas à anatomia e corpo humano, nas aulas de ciências. Mas isso geralmente não consegue responder às ansiedades e dúvidas das crianças e jovens, pois não enfoca outras dimensões da sexualidade.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a insatisfação por parte das crianças sobre suas curiosidades gera ansiedade e tensão, interferindo até mesmo no aprendizado escolar. A educação sexual fornecida pela escola deveria abordar as repercussões transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade. Pelo fato da sexualidade ser muito importante na vida dos adolescentes e também por ser ainda hoje um tabu para a grande maioria da população, o papel desempenhado pela escola, neste sentido, é extremamente importante. A escola deveria informar e discutir os diversos preconceitos, tabus, crenças e atitudes existentes, como por exemplo, a discussão sobre a virgindade e a sexualidade das pessoas com deficiências.

Ao analisar a experiência da educação sexual em escolas portuguesas, Almeida (2003) enfatiza a importância da criação da lei 1.984, a qual regulamenta a educação sexual e o planejamento familiar como disciplinas regulares nos estabelecimentos escolares daquele país.

Segundo o autor, a educação sexual voltada para adolescentes deve ressaltar a relação íntima entre o prazer, o afeto e o amor. Almeida (2003) enfatiza, por fim, que as regras morais são necessárias para a sobrevivência da cultura, porém é preciso negá-las em alguns momentos para dar espaço para uma educação que traga mudanças em determinados comportamentos, dentre os quais está o comportamento sexual.

Portanto, a escola tem muito a ganhar contribuindo e respondendo as ansiedades dos alunos. Um trabalho sistematizado sobre educação sexual dentro da escola contribui até mesmo com a promoção da saúde, prevenção de problemas graves como abuso e exploração sexual e para o bem estar de crianças e jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura. A falta de valores, a perda no sentido da vida, a convivência com a morte, o sofrimento e o vazio das injustiças podem ser trabalhadas no ambiente escolar resgatando a afetividade das crianças e adolescente, estas perdidas em um mundo de competitividade e de maus exemplos antiéticos. França (2014) aponta em sua pesquisa a escassez de artigos voltados para o tema da educação sexual da pessoa com deficiência, expondo este grupo à falta de informações e à contaminação por meio de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada, abusos sexuais, dentre outros. Torna-se de extrema relevância a criação de uma política voltada para a educação sexual que contemple orientações a este público. Levar a temática da sexualidade da pessoa com deficiência para os espaços escolares é buscar quebrar os tabus na sociedade, uma vez que este público é violentado em seus direitos básicos, sendo negado o direito sexual, uma vez que eles são vistos como pessoas assexuadas, infantis ou descontroladas sexualmente.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para realização deste estudo optou-se pela estratégia de revisão integrativa da literatura.

De acordo com Mendes e colaboradores (2008), a revisão integrativa é uma metodologia utilizada de forma a facilitar a coleta de dados e sua sistematização, principalmente na área da saúde, em que as informações são complexas. Esta proporciona a sistematização dos dados, a avaliação e os resultados alcançados, sendo estes consequências do conhecimento adquirido a respeito do tema investigado. Esta metodologia envolve a definição de um problema, a formulação de uma hipótese, a síntese dos estudos já realizados sobre o tema escolhido e interpretação dos dados.

Além disso, visa à construção do saber em busca de uma prática cada vez mais qualificada e também proporciona a divulgação do conhecimento, sendo que em uma pesquisa, encontra-se a síntese de diversos estudos (MENDES, et al. 2008).

Para Souza e colaboradores (2010), a revisão integrativa possibilita conhecimento para o aprimoramento da prática. Esta metodologia combina dados da literatura teórica e empírica.

A realização desta pesquisa ocorreu da seguinte maneira : (1) elaboração do tema a ser estudo; (2) realização da revisão bibliográfica; (3) organização dos dados coletados; (4) interpretação e avaliação dos resultados do estudo; (5) apresentação e divulgação da revisão.

Na 1ª etapa - elaboração do tema de estudo -, partiu da seguinte questão norteadora: Qual a importância de se tratar a questão da sexualidade das pessoas com deficiência no espaço educacional?.

Na 2ª etapa, o levantamento bibliográfico (será) foi realizado pela, SCIELO (*Scientific Eletronic Library Online*). Utilizou-se a terminologia em saúde consultada nos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS/Bireme): Pessoa com deficiência, Sexualidade, Inclusão social e Gênero.

Os critérios de inclusão utilizados para a seleção da amostra foram: artigos de periódicos nacionais, no período de 2003 a 2014, que abordam o tema, considerando todas as implicações em trabalhar a questão da sexualidade como

direito da pessoa com deficiência. Optou-se por este período por tratar-se de um assunto cada vez mais atualizado sendo relevante repensar nas novas práticas das equipes interdisciplinares com o objetivo de assegurar o direito da sexualidade a estes cidadãos e cidadãs.

O levantamento bibliográfico possibilitou o suporte para selecionar os artigos com os temas específicos, em busca das respostas dos objetivos propostos neste trabalho. Em seguida foi realizada a leitura destes artigos e submeter a uma leitura mais aprofundada em sua íntegra.

Na 3ª etapa, organização dos dados coletados, utilizou de um quadro a fim de anotar as informações consideradas mais relevantes para atender aos objetivos desta pesquisa. Assim, a amostra final será organizada por ordem decrescente do ano de publicação. O quadro irá conter dados tais como; ano, autor, título, conteúdo, metodologia, categoria profissional e local do estudo.

Na 4ª etapa - interpretação e avaliação dos resultados -, a categorização irá basear nas características presentes nos estudos selecionados.

Na 5ª etapa - apresentação dos resultados -, as informações de cada estudo, que se apresentaram mais relevantes à revisão, serão expostas de modo descritivo. Os principais achados serão apresentados de forma discursiva e discutidos à luz da literatura.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quadro 1 apresenta os principais achados resultantes da busca bibliográfica.

Quadro 1. Trabalhos publicados entre 2003 e 2013 abordando a temática das práticas das equipes interdisciplinares, inclusão social e pessoas com deficiência.

Autor	Ano	Tema	Metodologia	Conteúdo	Categoria Profissional e Localização
Dantas, Taísa Caldas, et al	2014	Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e emponderamento.	Metodologia História Oral	Analisa a visão comum sobre a invisibilidade da sexualidade e o não reconhecimento do ser homem/mulher com deficiência.	Acadêmicas
Littig, Patricia Mattos Caldeira Brant, et al	2012	Sexualidade na deficiência intelectual: uma análise das percepções de mães de adolescentes especiais.	Metodologia Pesquisa Exploratória qualitativa e	Investiga as concepções de mães de jovens com DI têm sobre a sexualidade deles e como elas irão refletir na adoção de praticas de educação sexual.	Psicologia/ Local do Estudo Estado do Espírito Santo
França, Dalva Nazaré Ornelas	2013	A Sociedade e a Sexualidade da Pessoa Cega: Preconceito, Curiosidade, Indiferença ou Falta de Conhecimento?	Metodologia de Pesquisa Exploratória qualitativa e	Analisar como pessoas cegas definem a percepção dos não cegos em relação a sua sexualidade. Percepção da sociedade das pessoas com deficiências destituídas de desejos sexuais.	Professora de Sexualidade/D epartamento de Ciências Biológicas. Local: Universidade Federal da Bahia.
França, Dalva Nazaré Ornelas	2014	Direito sexuais politicas públicas e educação sexual no discurso da pessoa com cegueira	Estudo exploratório-descriptivo de natureza qualitativa.	Este estudo busca refletir sobre os direitos, política e educação sexual voltados para a pessoa cega.	Professora de Sexualidade/D epartamento de Ciências Biológicas. Local: Universidade Federal da Bahia

Fonte: Elaborado pelo Autor

A partir da análise da amostra destacamos dois pontos. O primeiro é o número reduzido de artigos encontrados, demonstrando a escassez de produção científica a respeito da temática. Segundo, os artigos ressaltam o preconceito e a crença de que as pessoas com deficiência não possuem o direito à sexualidade, sendo evidente a invisibilidade e a negação do prazer destas pessoas.

Exemplificando, Dantas, et al. (2014) apontam que a sociedade ainda percebe a pessoa com deficiência como incapaz e a sua sexualidade é invisível. Existe grande resistência por parte da sociedade de perceber as pessoas com deficiências como homens e mulheres. Para as autoras, o senso comum reduz a pessoa com deficiência a uma criança eterna, dependente de cuidados, desconsiderando as potencialidades destas pessoas. Torna - se necessário reconhecer a sexualidade e o empoderamento das pessoas com deficiência, rompendo com paradigmas estabelecidos.

Dantas, et al. (2014) também pontuam a escassez de produções científicas a respeito do empoderamento das pessoas com deficiências de seus direitos e da sua sexualidade. Segundo as autoras, em levantamento realizado da produção científica das reuniões anuais da ANPED no GT15: Educação Especial, nos anos 2000 a 2012, não foram encontrados trabalhos que abordem a sexualidade da pessoa com deficiência.

Em seu artigo, Dantas, et al. (2014) comungam com França (2014) sobre a relevância de se introduzir a educação sexual nas escolas e na saúde, com o objetivo de preparação da vida sexual da pessoa com deficiência, tendo em vista que estas muitas vezes são vítimas de abusos sexuais, por diversos atores, tais como: professores, parentes, pedreiros e pessoas próximas do convívio. Este preparo é importante para a pessoa com deficiência identificar o abuso, denunciar e ter a credibilidade da sua denúncia.

As mulheres com deficiência são duplamente vulneráveis, primeiramente pelo fato de serem mulheres, e segundo, por serem consideradas incapazes e infantilizadas. A sociedade generaliza e multiplica a deficiência, anulando os desejos, as ações e as características pessoais e cognitivas da pessoa com deficiência, levando a uma dupla discriminação. Ainda Dantas, org. (2015) afirmam:

Os discursos estereotipados sobre a sexualidade das pessoas com deficiência impedem que vivenciem seus desejos e sejam

protagonistas de suas escolhas. Por outro lado, o processo de empoderamento contribui para romper com as representações sociais negativas a seu respeito. (DANTAS, org. p. 4, 2015)

Littig, et al (2014) realizaram uma pesquisa de extrema relevância em que questionaram 20 mães em uma clínica especializada para pessoas com Deficiência Intelectual a respeito da sexualidade de seus filhos. As autoras inferiram que tal pesquisa comprovou que o discurso da negação da sexualidade da pessoa com deficiência é presente entre as mães. As mães são reprodutoras da discriminação dos próprios filhos, ora por sua superproteção ora por não acreditarem na potencialidade do filho, reforçando o discurso hegemônico capitalista.

Ainda de acordo com Littig, et al, a pesquisa aponta a concepção de que as pessoas com deficiência intelectual são assexuadas ou tem a sexualidade afluada. Surge então o receio de se educar sexualmente, ou seja, acredita-se que o dialogo entre uma mãe e filho a respeito do sexo pode provocar um despertar sexual, sendo mais “fácil” anular a sexualidade.

O meio familiar é determinante para o bom desenvolvimento da vida afetivo-sexual da pessoa com deficiência, ocorrendo o interesse dos pais de controlar a vida sexual dos filhos, com tratamento medicamentoso e ou castração, mesmo sem o consentimento do filho.

Os artigos pesquisados registram que a falta de educação sexual direcionada à pessoa com deficiência intelectual provoca a infantilização destes e a negação de um direito. A sexualidade é inerente à condição humana. Além disso, a falta de informação contribui para a vulnerabilidade deste público, com o risco de contaminação de doenças sexualmente transmissíveis, de gravidez indesejada e de abusos sexuais.

É inadmissível, nos dias de hoje, especialmente em um mundo globalizado, quando já existem diversas leis que garantem a igualdade e a dignidade humanas, a persistência de uma concepção acerca da pessoa com deficiência como um ser imperfeito, como um ser não integral. A sexualidade da pessoa é negada, pois se acredita que o corpo fora do padrão de normalidade é incapaz de sentir e dar prazer.



6 DISCUSSÃO

Na fase final desta pesquisa foi realizada uma análise dos dados, visando levantar o material obtido nos artigos com os textos utilizados para a discussão teórica.

Os artigos analisados na revisão integrativa apresentaram consonância com os textos chaves, os quais subsidiaram a nossa revisão bibliográfica.

O estudo realizado conquistou o seu objetivo, tendo em vista que refletiu sobre a importância de se tratar a questão da sexualidade das pessoas com deficiência no espaço educacional. A escassez de produção bibliográfica sobre o tema justifica o incremento das pesquisas, uma vez que é visível a permanência do preconceito e da invisibilidade da sexualidade da pessoa com deficiência.

É possível identificar o avanço das leis que asseguram os direitos da pessoa com deficiência e que permitem a reflexão sobre as políticas públicas dos campos da saúde, mesmo que elas não direcionem ações que possibilitem o acesso às pessoas com deficiência aos seus serviços. Na educação, percebemos maiores avanços nessa temática, principalmente a partir da Declaração de Salamanca, dos discursos e das capacitações voltados para a educação inclusiva. Contudo, constatamos a inexistência de uma política voltada para a educação sexual para estas pessoas. Busca-se garantir o acesso aos espaços escolares, ao trabalho, à comunidade e à saúde. Mas, a sexualidade é ainda um tema que encontra muitas resistências entre os educadores, principalmente se for voltada para as pessoas com deficiências.

Enfim, a análise histórica do processo de repressão da sexualidade das pessoas com deficiência permite compreender o processo discriminatório contra este público, inferindo na elaboração e na execução de práticas educativas na educação regular e na educação especial. Deve-se visar o pleno desenvolvimento da vida afetiva-sexual, para não expor a pessoa com deficiência aos riscos e à vulnerabilidade.

Somente por meio da abertura de espaços de reflexão, será possível a construção de uma sociedade inclusiva, em que a diferença seja respeitada e a dignidade humana alcançada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os artigos analisados, compreende-se que os direitos da pessoa com deficiência precisam ser mais evidenciados no discurso acadêmico. Deve-se buscar a compreensão dos direitos sexuais e afetivos deste público.

Este estudo buscou refletir sobre a importância de se tratar a questão da sexualidade das pessoas com deficiência no espaço educacional. Os artigos não identificaram políticas de educação e de saúde específicas para esta temática, o que justifica a necessidade da adoção de práticas educativas sobre a sexualidade a fim de proporcionar hábitos à autonomia destas pessoas com deficiência e sua real inclusão na sociedade.

Os autores pontuaram o desejo das pessoas com deficiências de terem acesso à educação sexual e a vida sexual.

Percebo em minha prática muita resistência por parte dos educadores na garantia da vida afetiva da pessoa com deficiência. Pelo fato, deste trabalho não ter tido tempo hábil para aprovação do comitê de ética, fica impossibilitado a realização da pesquisa com entrevistas que acredito que possa ser um possível trabalho a ser realizado.

Acredito que a pessoa com deficiência e seus direitos deve ser alvos de pesquisa, discussão e principalmente visibilidade para haja promoções de mudanças culturais.

Incluir a população de deficientes na vida social é atender às suas diversas necessidades, combatendo o analfabetismo, o desemprego, a saúde precária, a falta de moradia, bem como as questões relacionadas à pobreza, como a fome, a violência, principalmente a sexual. Entende-se como um desafio importante que envolve a responsabilidade de todos nós enquanto cidadãos.

No dia a dia, orientar os cidadãos deficientes sobre seus direitos é mudar uma história ainda marcada pela segregação e exclusão social dessas pessoas. Possibilitar um encaminhamento para o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, o restaurante Popular, um Centro de Saúde, prestando informações a respeito da fertilização, do planejamento familiar, das doenças e de sua prevenção, são atitudes necessárias. Acompanhar os usuários e educa-los é transcender as ações assistencialistas, para a construção de um espaço para estes

se perceberem como sujeitos de direitos.

Acredita-se que a pesquisa conseguiu alcançar sua meta principal, e pode provocar futuros estudos e reflexões mais profundas a respeito da vida afetiva e sexual da pessoa com deficiência.

A educação sexual a este público deve ser uma meta educativa, visando estimular sua autonomia e a superação de sua situação de vulnerabilidade frente ao desconhecimento da sexualidade.

Enfim, o mundo vive uma evolução constante nos campos da tecnologia, envolvendo as ciências, a cultura, a educação e a saúde, que leva a necessidade de capacitações freqüentes das equipes interdisciplinares que atendem a esse público. Não se pode permitir que o avanço social contínuo provoque o esquecimento do ator mais importante desta história, o “Ser Humano”.

8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. M. Ramos. **Adolescência a maternidade**. 2ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

AROUCA, Sérgio. **Reforma Sanitária**. 1998. Disponível em. Acesso em: 26 de maio de 2010.

BAPTISTA, Emerson Augusto. **Os deficientes no Estado de Minas Gerais: uma abordagem espacial e demográfica utilizando os dados do censo demográfico de 2000**. 2009. PUC-MG. Disponível em:< [http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD %20487.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20487.pdf)>. Acesso em: 07 out. 2013.

BARROSO, Carmem; BRUSCHINI, Cristina. **Sexo e Juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola**. 6ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BAZON, Fernanda Vilhena Mafra et al. **A importância da humanização profissional no diagnóstico das deficiências**. São Paulo: Psicologia: Teoria e Prática. 2004. Disponível em:< <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1167>>. Acesso em: 30 dez. 2013.

BEZERRA, Cintia Guede; et al. **O fenômeno da reinternação: um desafio à reforma psiquiátrica**. Brasil: Universidade Presidente Antônio Carlos: Mental, vol IX, 2011. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/pdf/420/42021698007.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2013.

BONILHA, JA. **O novo paradigma: transdisciplinaridade**. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos909/novo-paradigma-transdisciplinaridade/novo-paradigma-transdisciplinaridade2.shtml>. Acesso em: 11 nov. 2009.

BRASIL. Ministério da educação. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais deficiência física**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Declaração dos direitos da pessoa deficiente**. Disponível em portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/>>. Acesso em: nov. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Viver Sem Limite**. 2011. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viver-sem-limite>>. Acesso em: fev 2014

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Série E. Legislação em Saúde. 1.^a edição. 1.^a reimpressão, 2002. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/.../politica_nacional_saude_pessoa>. Acesso em: nov 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. 2010. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/.../politica_nacional_saude_pessoa_com>. Acesso em: jan 2014

BRASIL. Ministério da saúde. **Políticas de Saúde Pública no Brasil: Um século de lutas pelo direito à saúde**. São Paulo: Tapiri Cinematográfica, 2006.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacional**: Vol. 5. 2.ed. Brasília. MEC/SEF, 2000

BRASIL. Secretária Desenvolvimento Humano. **Estatuto da pessoa com deficiência**. 2013. Disponível em http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_93.pdf. Acesso em 02/02/2016.

BERGE, André. **A educação sexual e afetiva**. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

BERNARDI, Marcello. **A deseducação sexual**. São Paulo: Sammus, 1985.

DANTAS, Taísa Caldas e colaboradores. **Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento**. Revista Brasileira de Educação Especial, 2014. Vol. 20. Pg 55-568. Disponível em WWW.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413_65382014000400007&lang=pt. Acesso em 02/01/2016.

ELIAS, Margareth Pereira, et al. **Acessibilidade a benefícios legais disponíveis no Rio de Janeiro para portadores de deficiência física**. Ciência Saúde Coletivo. Rio de Janeiro: vol. 1, n. 3. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000300027&lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2013.

FRANÇA, Dalva Nazaré Ornelas. **A sociedade e a sexualidade de pessoas cegas: Preconceito, Curiosidade, indiferenças ou falta de conhecimento?**. Revista Latino Americano de Bioética, 2013. Vol. 13. Pg 88-95. Disponível em WWW.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413_65382014000400007&lang=pt. Acesso em 02/01/2016.

FRANÇA, Dalva Nazaré Ornelas. **Direitos sexuais, políticas públicas e educação sexual no discurso de pessoas com cegueira.**. Revista Latino Americano de Bioética, 2014. Vol. 22. Pg 126-33. Disponível em WWW.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413_65382014000400007&lang=pt. Acesso em 02/01/2016.

FRANÇA, Inacia Sátiro Xavier de, et al. **Discurso político-acadêmico e integração das pessoas com deficiência: das aparências aos sentidos.** Revista da Escola de Enfermagem da USP. São Paulo. Vol, 37, nº4. 2003. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342003000400003&lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2013.

FRANÇA, Inacia Sátiro Xavier de, et al. **Inclusão Social da pessoa com deficiência: conquistas, desafios e implicações para a enfermagem.** Revista da Escola de Enfermagem da USP. São Paulo. Vol, 43, nº1. 2009. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342009000100023&lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2013.

FUNDAÇÃO ODEBRECHT. In: **Programa de Educação Afetivo Sexual: um novo olhar.** Belo Horizonte: Fundação Vale do Rio Doce, 2001.

HERKENHOFF, João Baptista. **Curso de Direitos Humanos.** São Paulo: Academia, 1994.

KEHL, Maria Rita. **Sobre a ética e a psicanálise.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002

LIMA, Francisco J, et al. **Àudio- descrição: Orientação para uma prática sem barreiras atitudinais.** Disponível em: www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/.../21. Acesso em: 02 jan. 2013.

LITTIG, Patricia Mattos Caldeira Brant. **Sexualidade na deficiência intelectual: uma análise das percepções de mães de adolescentes especiais.** Revista Brasileira de Educação Especial, 2012. Vol 18 nº03. Pg 469-486. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=SCI_arttext&pid=S1413-6538201200300008&lang=pt. Acesso em 02/02/2016.

MARTINI, André de. **Reabilitação, ética e técnica**. Ciência Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: vol, 16, nº04. 2011. Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000400025&lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2013.

MATTOS, Ruben Araújo. **Os sentidos da integralidade**: Algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. In: Pinheiro, Roseni; Mattos, Ruben Araujo de. Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro, IMS ABRASCO, 2001. p.39-64.

MENDES, Karina Dal Sasso, et al. **Revisão Integrativa**: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto e Contexto-Enfermagem. Florianópolis. Vol. 17, nº 4. 2008. Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072008000400018&script=sci_arttext>. Acesso em: 07 out. 2013.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. **Superar o machismo e protagonizar a mulher**. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=pt&cód=21428>>
 Acesso 18 de maio 2007

NUBILA, Heloisa Brunow Ventura Di, et. al. **O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade**. Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2008000200014&lng=pt>. Acesso em: 21 fev. 2014.

OLIVEIRA, Ana Cristina de. **Promoção de saúde e a funcionalidade humana**. Revista Brasileira Promoção Saúde, Fortaleza, vol. 26, nº 1. 2013. Disponível em:<
<http://ojs.unifor.br/index.php/RBPS/article/view/2646>>. Acesso em: 11 out. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiências**. Disponível em
www.pessoacomdeficiencia.gov.br/...convençãoopessoascomdeficiências.p... Acesso em 20 de janeiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Washington ONU; 2009.11.

OLIVEIRA, Jardilina de Santana. **Educação Sexual: Anatomia, Fisiologia e Reprodução - Crises na Adolescência (Conceitos e Tabus)**. 2º ED. Belo Horizonte: Nova Alvorada Edições Ltda, 1995.

O'REILLY, Arthur, et al. **Carta para o Terceiro Milênio**. Londres, 1999. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta_milenio.pdf. Acesso em: 30 dez. 2013.

RIETH, Flavia. **A iniciação sexual na juventude de mulheres e homens.**

Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, 2002

REZENDE, Mônica de, et al. **A equipe multiprofissional da 'saúde da família': uma reflexão sobre o papel do fisioterapeuta.** Rio de Janeiro: Ciência Saúde Coletiva, vol 04. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000800013&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 dez. 2013.

SILVA, Ceci Figueiredo, et al. **Concepções da equipe multiprofissional sobre a implementação dos cuidados paliativos na unidade de terapia intensiva.** Rio de Janeiro: Saúde Coletiva, vol 18, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000900014&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 dez. 2013.

SILVA, Pâmela Ferreira. **Movimento Sanitário.** 2008. Disponível em : <<http://www.webartigos.com/articles/7591/1/O-Movimento-Sanitario-Brasileiro/pagina1.html>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL – BEMFAM. Programa de Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS), Macro International Inc. **Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (1996).** 2.ed. Rio de Janeiro: 2001. Disponível em: <<http://www.bemfam.org.br>>. Acesso em: 23 mar.2008

SOUZA, Marcela Tavares de, et al. **Revisão Integrativa:** o que é e como fazer? Disponível em: <http://apps.einstein.br/revista/arquivos/PDF/1134-Einsteinv8n1_p102-106_port.pdf>. Acesso em: 11 out. 2013.

SUPLICY, Marta. **Guia de orientação sexual:** diretrizes e metodologia. 7.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

VASCONCELLOS, Celso S. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola.** 7.ed. São Paulo: Libertad, 1996.

VIANA, Ana Luzia D`Ávila, et al. **Saúde e desenvolvimento:** Healthcare and development. In: Ciência e Saúde Coletiva. São Paulo. 2007.

VILLA, Eliana Aparecida, et AL. **A formação dos profissionais da saúde e a pedagogia inscrita no trabalho do Programa de Saúde da Família:** Disponível em: :